



ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE MAIO DE 2015 e 516ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONEN/DF

1 Às nove horas e trinta minutos do dia sete de maio de 2015, na sala de reuniões do
2 CONEN/DF, reuniu-se o colegiado para reunião ordinária do mês de maio de 2015.
3 Presentes os conselheiros: A Presidente Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello e a Vice,
4 Daisy Rotavio Jansen Watanabe, os conselheiros Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva,
5 Leandro Silva Almeida, Adriana Pinheiro Carvalho, Aryadne Márcia Argolo Muniz, José
6 Nascimento Rego Martins, Rodrigo Bonach Batista Pires, Ricardo Freire Vasconcellos,
7 Leonardo Gomes Moreira, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Lídia Célia Dourado
8 Clímaco, Luíza Maria Rocha Pereira, Marcos Aurélio Izaias Ribeiro, César Ricardo
9 Rodrigues da Cunha, Valdir Alexandre Pucci, Frederico Teixeira Barbosa, Beatriz Maria
10 Eckert-Hoff. Ausentes os conselheiros: Maria do Socorro Paiva Garrido, representada pelo
11 suplente Leandro Silva Almeida, Daniela de Souza Silva, representada pela suplente
12 Aryadne Márcia Argolo Muniz, Suely Francisca Vieira, representada pela suplente Luíza
13 Maria Rocha Pereira. A seguir serão resumidas as discussões e deliberações do colegiado:
14 **ABERTURA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, a presidente **Joana Mello**,
15 desejando boas vindas aos presentes, apresentou os servidores **Alexandre Reis**, Assessor da
16 Subsecretaria de Assistência Social e **Welerson Miranda Pereira**, Assessor Especial da
17 Gerência Estratégica de Projetos, ambos da **Secretaria de Desenvolvimento Humano e**
18 **Social (SEDHS)** os quais apresentaram o Projeto Tenda Viva. A Presidente **Joana Mello**
19 ressaltou ainda a importância do trabalho conjunto entre as Secretarias de Estado do Distrito
20 Federal, o que facilita o bom resultado das políticas públicas. Após apresentação pessoal de
21 cada conselheiro, a pedido da Presidente **Joana Mello**, passou-se a exposição sobre o
22 projeto **Tenda Viva da SEDHS**. Com a palavra o **Sr. Alexandre Reis**, fez explanação do
23 projeto ressaltando que é um projeto piloto, que está em fase de teste e adaptações, fruto de
24 um convênio firmado entre SEDHS e a SENAD/MJ, com duração de 01 ano, cujo valor
25 financiado foi de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O programa está voltado para o
26 atendimento de 200 usuários de drogas em situação de rua, vivendo na região do Setor
27 Comercial Sul – SCS, do Plano Piloto. Ressaltou ainda que quando surgiu este projeto o
28 Distrito Federal já havia outros programas de enfrentamento às drogas, entretanto ainda se
29 fez e faz necessário o projeto Tenda Viva, ainda ao crescimento incontável do consumo
30 de drogas em Brasília e no Brasil. Destacou que o projeto é baseado em uma metodologia
31 em que a moradia encontra-se em primeiro plano, que é o foco principal do projeto, ou seja,
32 dar um local digno para o morador em situação de rua que não tem residência. Assim, o
33 intuito principal é o acolhimento. Para dar início ao projeto, a atual SEDHS e antiga
34 SEDEST, em parceria com a Polícia Militar e a Secretaria de Justiça, instalou uma tenda no
35 Setor Comercial Sul, próximo ao local conhecido como “buraco do rato”, e também em
36 Taguatinga, porém, o resultado foi relativo, tendo em vista a precariedade do projeto,
37 naquele momento. Abordando as estatísticas quanto ao uso de drogas, o **Sr. Alexandre Reis**
38 destacou que desde a década de 60 e 70, a ONU vem investindo no enfrentamento às drogas,
39 porém, infelizmente, vem sendo uma luta sem resultados consideráveis, pois o uso de drogas
40 vem aumentando significativamente nos últimos tempos. Ressaltou ainda o alto índice de
41 traficantes e usuários de drogas que estão no sistema penitenciário são apenas
42 “aviõezinhos”, ou seja, aqueles pequenos traficantes que distribuem a droga; os grandes
43 traficantes, os que sustentam o tráfico, encontram-se em liberdade, sem abalar, de fato, a
44 base do tráfico. Destacou como objetivo do projeto, a reinserção social de pessoas em



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

45 condição de alta vulnerabilidade, em situação de rua, e que apresentam demandas
46 relacionadas ao consumo de crack, oferecendo-se moradia, trabalho, alimentação e acesso às
47 ações e políticas públicas. Informou que a adesão ao programa é voluntária, e o usuário tem
48 participação ativa nas decisões a respeito dele próprio, e ainda promove o aumento gradativo
49 da contratualidade dos usuários por meio de ofertas com baixo limiar de exigência relativos
50 à moradia, trabalho, etc., e no tocante ao trabalho, será oferecida a oportunidade aos usuários
51 de venderem revistas sobre a cultura de Brasília, nas quais, eles participaram da edição e
52 elaboração das matérias, ao custo de R\$ 5,00 (cinco reais), dos quais 80% ficaria para ele e
53 os outros 20% seria para a aquisição de novas revistas, e futuramente, seria instituída uma
54 cooperativa para este fim. Afirmou que tem perspectiva de instalação de uma base do
55 projeto em cada região administrativa para facilitar o acesso e adesão dos usuários, e, assim,
56 viabilizando o trabalho das igrejas, as quais seriam convidadas a estabelecer parcerias e
57 participar deste projeto. Por fim, explanou as regiões do Distrito Federal onde há maior
58 incidência de usuários de drogas e também o público referenciado no projeto que se encontra
59 na região do “buraco do rato” no Setor Comercial Sul. Dada a palavra ao conselheiro
60 **Ricardo Freire Vasconcellos**, parabenizou o projeto, entretanto ressaltou a questão da
61 legalidade da venda de revistas, alegando configurar vínculo empregatício, gerando o risco
62 do dever da contra prestação por parte do governo, já que é um projeto do governo; abordou
63 também a questão da tentação que o usuário se submete ao se deparar com o dinheiro fruto
64 da venda de revistas, que poderá leva-lo a reverter o dinheiro em compra de drogas. De
65 posse da palavra, o conselheiro **José Nascimento Rego Martins** questionou quem seriam as
66 pessoas que teriam acesso às casas, questionou ainda se, nestes acolhimentos, seriam
67 oferecidos serviços médicos, psicológicos, etc. por fim, o conselheiro sugeriu que fossem
68 realizados cursos de capacitação conjuntos entre a segurança pública e a saúde, para bem
69 desempenharem o projeto. Posteriormente, o conselheiro **César Ricardo Rodrigues da**
70 **Cunha**, destacou não ter sido abordado no projeto o trabalho junto aos familiares dos
71 usuários de drogas; destacou ainda que, em reportagem recente, feita na cracolândia no Rio
72 de Janeiro, 79% dos usuários não eram moradores de rua. Dada a palavra ao **Sr. Alexandre**
73 **Reis**, esclareceu que, quanto ao trabalho remunerado realizado pelos usuários, estes
74 venderiam a revista que eles mesmos editariam, e que não haveria vínculo de subordinação
75 algum com o Governo, não configurando relação de trabalho, e quanto à questão da
76 administração pessoal do dinheiro, explicitou que faz parte da política de redução de danos,
77 visto que estão trabalhando e, se não lhes fossem dada esta oportunidade, estariam utilizando
78 de métodos ilícitos para adquirir a droga; quanto à inserção da família no tratamento do
79 usuário de drogas, alertou que será feito um trabalho pessoal com cada usuário, para que seja
80 inserida a família de maneira gradativa; quanto à capacitação em conjunto da segurança e
81 saúde, destacou ser de bastante valia e que será trabalhada a sugestão do conselheiro. A
82 conselheira **Adriana Pinheiro Carvalho** ressaltou que este projeto já fora desenvolvido na
83 Argentina e na França e que nestes países tiveram bons resultados, razão pela qual, os
84 responsáveis colheram as experiências exitosas em outros locais adaptaram à realidade do
85 Distrito Federal. A Presidente **Joana Mello** sugeriu que, quanto à questão trabalhista, fosse
86 consultado o Ministério Público do Trabalho para opinar sobre a legalidade do projeto. Com
87 uso da palavra, o conselheiro **Leonardo Gomes Moreira** questionou como seria o
88 “contratualizar” com quem não está em condições de contratualizar, e ressaltou ainda como
89 seriam feitos os trabalhos de acesso às ações/políticas sociais e como seriam disseminados
90 esses trabalhos. O conselheiro **Marcos Aurélio Izaias Ribeiro**, afirmou não ter visualizado



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL**



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

91 o roteiro de tratamento proposto pelo projeto Tenda Viva; O conselheiro **Leandro Silva**
92 **Almeida**, destacou o curto prazo do projeto, e sugeriu que fosse dada continuidade ao
93 projeto, mesmo depois de findado o prazo de 01 ano. Dada a palavra ao **Sr. Alexandre Reis**,
94 este afirmou que o projeto não tem um roteiro de tratamento geral para todos os usuários, há
95 sim um trabalho personalizado, onde cada usuário terá um tratamento conforme sua
96 necessidade, e que quando ele for para casa, ainda terá acompanhamento; quanto ao acesso
97 às políticas públicas, essas seriam acionadas através dos órgãos respectivos, mas que ainda
98 seria discutido como seria feito; quanto à continuidade do trabalho, afirmou que há intenção
99 de prorrogação do convênio, o que possibilitará a continuidade do projeto; informou também
100 que não seriam exigidos dos usuários mais do que poderiam oferecer, ou seja, seriam
101 respeitados os limites de cada um, sem cobranças exageradas e sem imposições. De posse da
102 palavra, o conselheiro **Rodrigo Bonach Batista Pires** destacou que o Brasil é o maior
103 consumidor de crack e o segundo maior consumidor de cocaína em uma escala mundial;
104 destacou ainda a importância da participação da Segurança Pública no projeto Tenda Viva,
105 ante aos riscos que se tem de regionalizar o crime no setor onde será instalado o projeto,
106 citando acontecimentos recentes em Brasília; alertou ainda quanto à descriminalização do
107 uso de drogas. O conselheiro **Frederico Teixeira Barbosa** ressaltou a importância da
108 fiscalização na venda das revistas pelos usuários. A conselheira **Lívia Márcia Faria**
109 **Bandeira Vilhalva**, fazendo uso da palavra, sugeriu a extensão do projeto, tendo em vista a
110 impossibilidade de execução em apenas um ano. O **Sr. Alexandre Reis** afirmou mais uma
111 vez que há a possibilidade de prorrogação do projeto, e que, há uma previsão de
112 sustentabilidade do projeto, utilizando-se de recursos do DF para manter todos os seus
113 objetivos e metas. Por fim, a Presidente **Joana Mello** agradeceu a presença dos **Srs.**
114 **Alexandre Reis** e **Welerson Miranda Pereira**, parabenizando-os pelo projeto, e ressaltou a
115 importância das diferentes opiniões e olhares dos conselheiros, de acordo com sua área de
116 formação e órgão de origem. **LEITURA, DISCUSSÃO, APROVAÇÃO E**
117 **ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS DE MAIO**
118 **DE 2015:** pelo adiantar da hora, a Presidente **Joana Mello**, sugeriu que a leitura e aprovação
119 da ata fosse adiada para a próxima reunião do colegiado, o que foi deliberado e aceito por
120 unanimidade pelos conselheiros presentes. Antes de adentrar nos assuntos incluídos na
121 ordem do dia, a Presidente **Joana Mello** realizou leitura do MEMO nº 102/2015 –
122 SUPRED/SEJUS, referente à execução do contrato com a **ONG Salve a Si**, o qual solicita
123 manifestação do CONEN quanto à continuidade ou não da suspensão dos encaminhamentos
124 de novos residentes à comunidade. Tendo em vista já ter sido juntado relatório de visita
125 realizado na comunidade, e diante do que fora debatido e explanado na última reunião
126 plenária, foi colocado em votação à manutenção ou não da decisão de suspensão de novos
127 encaminhamentos para a comunidade, ficando deliberado que não seria mantida a
128 suspensão, ou seja, novos encaminhamentos estariam permitidos a partir do
129 encaminhamento de ofício à Instituição. Os conselheiros **Luíza Maria Rocha Pereira**,
130 **Leonardo Gomes Moreira** e **Ricardo Freire Vasconcellos** se abstiveram de votar.
131 **Processo nº 0400.000.803/2014 – apuração de denúncias):** realizada a leitura e explanação
132 do relatório pela conselheira **Adriana Pinheiro Carvalho**, o qual concluiu pela
133 improcedência das denúncias, e, diante das considerações do colegiado, foi deliberado que a
134 Secretaria Executiva expedirá ofício concedendo o prazo de 30 (trinta) dias a contar do
135 recebimento da notificação, para que a entidade apresente a documentação e solicitação de
136 registro no CONEN/DF conforme o parecer que será assinado pelos conselheiros



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

137 responsáveis pela inspeção técnica. **ENCERRAMENTO:** Devido ao adiantado da hora, foi
138 sugerido o encerramento da reunião e os demais pontos da pauta que não foram tratados,
139 serão incluídos para a reunião extraordinária, marcada para o dia 22 de maio de 2015, com
140 possibilidade de intervalo para almoço objetivando concluir também a reunião do FUNPAD.
141 Por fim, a Presidente **Joana Mello** agradecendo a presença de todos, declarou por encerrada
142 a reunião às 12:26 horas. E, para constar, eu, **Bruno de Souza Moura**, Secretário
143 Executivo, redigi e lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e
144 pelos Conselheiros do CONEN-DF.

Joana d'Arc A. Barbosa Vaz de Mello - Presidente Repres. da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	Bruno de Souza Moura Secretário Executivo
Daisy Rotavio Jansen Watanabe - Vice Presidente Representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	Antônio Valmir Moura Silva Representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva Representante da Secretaria de Estado de Cultura	Marmenha Maria Ribeiro Do Rosário Representante da Secretaria de Estado de Cultura
Maria Do Socorro Paiva Garrido Representante da Secretaria de Estado de Saúde	Leandro Silva Almeida Representante da Secretaria de Estado Saúde
Adriana Pinheiro Carvalho Representante da S.E.D.H.S	Miriam Cássia Mendonça Pondaag Representante da S.E.D.H.S
Daniela de Souza Silva Representante da Secretaria de Estado de Educação	Aryadne Márcia Argolo Muniz Representante da Secretaria de Estado de Educação
José Nascimento Rego Martins Repres. da Secretaria de Estado de Segurança Pública	Herbert De Almeida Jardim Repres. da Secretaria de Estado de Segurança Pública
Ricardo Freire Vasconcellos Representante da Ordem dos Advogados do Brasil	Mariana Kreimer Melucci Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito Representante do M.P.D.F.T	José Theodoro de Carvalho Representante do M.P.D.F.T
Suely Francisca Vieira Representante do Conselho Regional de Psicologia	Luiza Maria Rocha Pereira Representante do Conselho Regional de Psicologia
Marcos Aurélio Izaias Ribeiro Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica	Levy Calazans Dos Santos Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MAIO DE 2015

César Ricardo Rodrigues da Cunha Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica	Areolenes Curcino Nogueira Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica
Valdir Alexandre Pucci Representante da Sociedade Civil	Frederico Teixeira Barbosa Representante da Sociedade Civil
Beatriz Maria Eckert Hoff Representante da Sociedade Civil	Stênio Ribeiro De Oliveira Representante da Sociedade Civil
Marcelo Dias Varella Representante da Sociedade Civil	Lilian Rose L. S. Rocha Representante da Sociedade Civil
Leonardo Gomes Moreira Representante da Associação Médica de Brasília	Antônio Raimundo Negrão Costa Representante da Associação Médica de Brasília
Rodrigo Bonach Batista Pires Representante da Polícia Civil - DF	
Lídia Célia Dourado Clímaco Representante do Conselho Regional de Serviço Social	